

Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

A Câmara Municipal de Campo Largo

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 160/2017

Sumula: “Concede a Isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), sobre imóveis integrante do patrimônio de portadores de doenças consideradas graves, elencadas nesta lei, ou que tenham dependentes nesta condição, e dá outras providencias”.

Art. 1º - Fica isento do pagamento do IPTU o imóvel que seja de propriedade e residência do contribuinte, conjuge e/ou filhos dos mesmos que comprovadamente sejam portadores de doenças consideradas graves.

Parágrafo Único – Para fins da isenção de que trata o caput, entende-se por de doença grave as seguintes patologias:

- a) Neoplasia Maligna (Câncer);
- b) Espondiloastrose Anquilosante;
- c) Estado avançado da doença de Paget (osteíte deformate)
- d) Tuberculose Ativa;
- e) Hanseníase;
- f) Alienação Mental;
- g) Esclerose Múltipla;
- h) Cegueira;
- i) Paralisia irreversível e incapacidade;
- j) Cardiopatia Grave;
- k) Doença de Parkinson;
- l) Nefropatia Grave;
- m) Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida – Aids;
- n) Contaminação por radiação, com base em conclusão da Medicina especializada;
- o) Hepatopatia Grave;
- p) Fibrose Cística (mucoviscidose);



Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

Art. 2º - A isenção de que trata o artigo 1º será concedido apenas para um único imóvel do qual o portador da doença considerada grave seja proprietário / dependente ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independentemente do tamanho do referido imóvel.

Art. 3º - Para ter direito a isenção, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:

I – Documento Hábil comprobatório de que, sendo o portador da doença, é o proprietário do imóvel no qual reside juntamente com sua família;

II – Quando o imóvel for alugado, contrato de locação no qual conste requerente como principal locatário;

III – Documento de identificação do requerente (cédula de registro de identidade – RG e/ou Carteira de Trabalho e Previdência social – CTPS, e quando o dependente do proprietário for o portador da doença, juntar documento hábil a fim de se comprovar o vínculo de dependência (cópia da certidão de nascimento / casamento));

IV – Documento de identificação do requerente;

V – Cadastro de Pessoa Física (CPF);

VI – Atestado Médico fornecido pelo profissional que acompanha o tratamento, contendo:

A) Diagnóstico expressivo da doença (anatomopatológico);

B) Estágio clínico atual;

C) Classificação Internacional da Doença (CID);

D) Carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM);

Art. 4º - A isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), não desobriga o contribuinte do pagamento de taxas.

Art. 5º - Os benefícios de que trata a presente Lei, quando concedidos, serão válidos por 1 (um) ano, após o que deverá ser novamente requerido, nas mesmas condições já especificadas, para um novo período de 1 (um) ano e cessará quando deixar de ser requerido.

Art. 6º - Fica o poder executivo autorizado a conceder remissão



Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

de débitos referente ao IPTU do imóvel, de que trata o caput do Artigo 1º, a partir da data do diagnóstico da doença.

Art. 7º - As despesas decorerentes da execução da presente lei correrão á conta das verbas próprias do Orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Termos em que pede deferimento.

Campo Largo, 07 de Novembro de 2017



Marcio Angelo Beraldo
Vereador